



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO XXVI PALMAS, QUARTA-FEIRA, 30 DE MARÇO DE 2016

Nº 2313



MESA DIRETORA

Presidente: Dep. Osires Damaso (DEM)

1º Vice-Presidente: Dep. Luana Ribeiro (PR)

2º Vice-Presidente: Mauro Carlesse (PTB)

1º Secretário: Dep. Jorge Frederico (SD)

2º Secretário: Dep. Elenil da Penha (PMDB)

3º Secretário: Dep. Júnior Evangelista (PRTB)

4º Secretário: Dep. Olyntho Neto (PSDB)

Palácio Deputado João D'Abreu - Praça dos Girassóis, s/n - Palmas - TO

Comissões Permanentes

Local das Reuniões: Plenarinho

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Reunião às terças-feiras, às 15h.

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Valdemar Júnior (Pres.)
Dep. Wanderlei Barbosa (Vice-Pres.)
Dep. Nilton Franco
Dep. Eduardo Siqueira Campos
Dep. Zé Roberto

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Eli Borges
Dep. Toinho Andrade
Dep. Luana Ribeiro
Dep. Amália Santana
Dep. Vilmar de Oliveira

COMISSÃO DE FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

Reunião às quartas-feiras, às 14h.

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Amélio Cayres (Pres.)
Dep. Valdez Castelo Branco (Vice-Pres.)
Dep. Olyntho Neto
Dep. Luana Ribeiro
Dep. José Salomão

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Ricardo Ayres
Dep. Cleiton Cardoso
Dep. Eduardo S. Campos
Dep. Eduardo do Dertins
Dep. Wanderlei Barbosa

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO RURAL, COOPERATIVISMO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ECONOMIA

Reunião às terças-feiras, às 14h.

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Cleiton Cardoso (Pres.)
Dep. Júnior Evangelista (Vice-Pres.)
Dep. Eli Borges
Dep. Mauro Carlesse
Dep. Amélio Cayres

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Rocha Miranda
Dep. Olyntho Neto
Dep. Toinho Andrade
Dep. Eduardo S. Campos
Dep. Vilmar de Oliveira

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO, TRABALHO, DEFESA DO CONSUMIDOR, TRANSPORTES, DESENVOLVIMENTO URBANO E SERVIÇO PÚBLICO

Reunião às quintas-feiras, às 8h.

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Ricardo Ayres (Pres.)
Dep. Amália Santana (Vice-Pres.)
Dep. Rocha Miranda
Dep. Toinho Andrade
Dep. Vilmar de Oliveira

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Nilton Franco
Dep. Olyntho Neto
Dep. Valdemar Júnior
Dep. Eduardo do Dertins
Dep. Amélio Cayres

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Reunião às quartas-feiras, às 18h.

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Wanderlei Barbosa (Pres.)
Dep. Nilton Franco (Vice-Pres.)
Dep. Ricardo Ayres
Dep. Valdemar Júnior
Dep. Eduardo Siqueira Campos

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Rocha Miranda
Dep. Júnior Evangelista
Dep. Valdez Castelo Branco
Dep. Luana Ribeiro
Dep. Vilmar de Oliveira

COMISSÃO DE CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS

Reunião às quintas-feiras, às 14h.

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Rocha Miranda (Pres.)
Dep. Amélio Cayres (Vice-Pres.)
Dep. Toinho Andrade
Dep. Eduardo Siqueira Campos
Dep. Eduardo do Dertins

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Eli Borges
Dep. Valdez Castelo Branco
Dep. Mauro Carlesse
Dep. Amália Santana
Dep. Vilmar de Oliveira

COMISSÃO DE SAÚDE, MEIO AMBIENTE E TURISMO

Reunião às terças-feiras, às 8h.

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Valdez Castelo Branco (Pres.)
Dep. Luana Ribeiro (Vice-Pres.)
Dep. Eli Borges
Dep. Olyntho Neto
Dep. Amália Santana

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Nilton Franco
Dep. Júnior Evangelista
Dep. Valdemar Júnior
Dep. Mauro Carlesse
Dep. Zé Roberto

COMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reunião às terças-feiras, às 16h.

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Nilton Franco (Pres.)
Dep. Olyntho Neto (Vice-Pres.)
Dep. Valdemar Júnior
Dep. Luana Ribeiro
Dep. Zé Roberto

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Rocha Miranda
Dep. Júnior Evangelista
Dep. Valdez Castelo Branco
Dep. Mauro Carlesse
Dep. Eduardo do Dertins

COMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO E ESTUDOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE

Reunião às terças-feiras, às 18h.

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Ricardo Ayres (Pres.)
Dep. Eduardo do Dertins (Vice-Pres.)
Dep. Cleiton Cardoso
Dep. Mauro Carlesse
Dep. Wanderlei Barbosa

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Olyntho Neto
Dep. Valdemar Júnior
Dep. Eduardo S. Campos
Dep. Zé Roberto
Dep. Amélio Cayres

COMISSÃO PERMANENTE DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER

Reunião às quartas-feiras, às 8h.

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Amália Santana (Pres.)
Dep. Valdez C. Branco (Vice-Pres.)
Dep. Eli Borges
Dep. Júnior Evangelista
Dep. Eduardo Siqueira Campos

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Nilton Franco
Dep. Ricardo Ayres
Dep. Toinho Andrade
Dep. José Bonifácio
Dep. José Salomão

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

Reunião às quintas-feiras, às 14h30.

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Vilmar de Oliveira (Pres.)
Dep. Rocha Miranda (Vice-Pres.)
Dep. Júnior Evangelista
Dep. Toinho Andrade
Dep. Eduardo Siqueira Campos

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Eli Borges
Dep. Ricardo Ayres
Dep. Cleiton Cardoso
Dep. Mauro Carlesse
Dep. Amélio Cayres

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

Responsável: Diretoria de Área Legislativa
Publicado pela Coordenadoria de Publicações Oficiais da Diretoria de Taquigrafia e Documentação
Palácio Dep. João D'Abreu, Praça dos Girassóis, s/n - Palmas - TO
CEP 77003-905

Atos Legislativos

MENSAGEM Nº 28/2016

Palmas, 18 de março de 2016.

A Sua Excelência o Senhor

Deputado Estadual **OSIRES RODRIGUES DAMASO**

Presidente da ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS

N E S T A

Senhor Presidente,

Submeto à apreciação dessa Augusta Assembleia Legislativa a anexa Medida Provisória nº 8/2016, modificativa da Lei nº 1.303, de 20 de março de 2002, que reduz a base de cálculo, concede isenção e crédito presumido de ICMS.

A presente matéria constituiu-se em reedição do pleno teor da Medida Provisória 5, publicada em 18 de fevereiro de 2016, que padecerá ao evento iminente da perda de eficácia temporal.

É imperativo rememorar que se trata da terceira publicação da mesma matéria, sendo primitiva a Medida Provisória nº 2, de 20 de janeiro de 2016, e que esta última providência nada acresce ao teor pretérito, amparando-se, desse modo, no conjunto argumentativo da Mensagem 3, de 20 de janeiro de 2016, publicada na edição nº 2.296 do Diário da Assembleia, aos 4 dias de fevereiro do ano em curso.

À vista das considerações postas, submeto a matéria ao discernimento dessa Egrégia Casa de Leis.

MARCELO DE CARVALHO MIRANDA

Governador do Estado

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 8/2016

Prorroga o prazo de isenção do ICMS para a operação de que trata a alínea “f” do inciso I do art. 2º da Lei 1.303, de 20 de março de 2002, e adota outra providência.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 27, §3º, da Constituição do Estado, adota a seguinte Medida Provisória com força de lei:

Art. 1º É prorrogado, até 31 de dezembro de 2016, o prazo de isenção do ICMS para a operação de que trata a alínea “f” do inciso I do art. 2º da Lei nº 1.303, de 20 de março de 2002.

Art. 2º O inciso VIII do §1º do art. 1º da Lei nº 1.303, de 20 de março de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

“VIII – 14,5% nas saídas internas de óleo diesel;”(NR)

Art. 3º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 18 dias do mês de março de 2016; 195º da Independência, 128º da República e 28º do Estado.

MARCELO DE CARVALHO MIRANDA

Governador do Estado

ATO DA MESA DIRETORA Nº 4/2016

Determina o recálculo da proporcionalidade partidária na Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins na 8ª Legislatura, após as migrações partidárias ocorridas no período autorizado pela Emenda Constitucional nº 91, de 18 de fevereiro de 2016.

Considerando que as regras regimentais que disciplinam a incidência do princípio constitucional da proporcionalidade partidária na organização e composição dos órgãos internos da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins põem em evidência a estabilização das bancadas partidárias, em consonância com a ulterior jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal Superior Eleitoral, no sentido de que os mandatos eletivos pertencem aos partidos políticos.

Considerando que o parâmetro geral empregado pelo Regimento Interno da Casa na composição de seus órgãos colegiados é o da proporcionalidade segundo os resultados das urnas proclamados pela Justiça Eleitoral.

Considerando que o Regimento não considera, para fins de redistribuição das vagas, eventuais mudanças de filiação partidária, ressalvada a hipótese de migração partidária em virtude de inovação jurisprudencial.

Considerando que na hipótese de que ora se cuida, as mudanças de filiação partidária encontram legitimidade em norma de constitucional veiculada pela Emenda Constitucional nº 91, de 18 de fevereiro de 2016.

Considerando como resultado, o atendimento ao teor do princípio interpretativo da unidade da Constituição, resta imperioso que a aplicação do princípio da proporcionalidade partidária, previsto no § 1º do artigo 18 da Constituição Estadual de 1989, para a 8ª legislatura, especificamente ao período remanescente desta 2ª Sessão Legislativa, respeitando o previsto na Emenda Constitucional nº 91/2016, processo de harmonização normativo-constitucional esse que produz significativos reflexos na leitura dos dispositivos regimentais que tratam do assunto.

A MESA DIRETORA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO TOCANTINS resolve editar o presente Ato:

Art. 1º A representação numérica dos partidos e blocos parlamentares na Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins será redefinida na 8ª Legislatura, especificamente nesta 2ª Sessão Legislativa, a partir de novo cálculo que, levando em consideração os eleitos titulares, reflita a proporcionalidade partidária na data da publicação deste Ato.

Art. 2º O novo cálculo da proporcionalidade partidária de que trata este Ato produzirá efeitos imediatos sobre todos os órgãos da Assembleia Legislativa compostos com fundamento no princípio da proporcionalidade partidária, interrompendo-se, quando for o caso, os mandatos que se achem em curso.

Parágrafo único. As vagas decorrentes do novo cálculo serão preenchidas por meio de indicações do Partido ou Bloco Parlamentar a que couberem ou, se for o caso, por eleições para período de tempo remanescente dos mandatos que tenham sido interrompidos.

Art. 3º Este Ato da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Reuniões, aos 30 dias de março do ano de 2016.

Dep. **OSIRES DAMASO**
Presidente

Dep. **LUANA RIBEIRO**
1ª Vice-Presidente

Dep. **MAURO CARLESSE**
2º Vice-Presidente

Dep. **JORGE FREDERICO**
1º Secretário

Dep. **ELENILDA PENHA**
2º Secretário

Dep. **JÚNIOR EVANGELISTA**
3º Secretário

Dep. **OLYNTHO NETO**
4º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 223/2016

Torna obrigatória a inclusão de representantes dos pais ou tutores de alunos no colegiado de diretores e professores da Rede Estadual de Ensino para análise e escolha das obras que serão utilizadas pelos alunos em sua escola.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS decreta:

Art. 1º É obrigatória a inclusão de representantes dos pais ou tutores no colegiado de diretores e professores da rede pública estadual de ensino para análise e escolha das obras que serão utilizadas pelos alunos em sua escola.

Parágrafo único. No processo de escolha das obras a que se refere o caput, os representantes dos pais ou tutores de alunos poderão motivadamente vetar as que julgarem inconvenientes à formação de seus filhos.

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

A cada três anos, as escolas da rede pública brasileira passam pelo mesmo ritual: a seleção das publicações que vão complementar os estudos dos alunos e ajudar o professor a ensinar. Esse processo faz parte do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e é organizado por segmento.

Mas o que deveria ser um momento formativo e propício para uma análise criteriosa das obras nem sempre recebe a devida importância. Não raro, elas ficam expostas na biblioteca, no corredor ou mesmo no refeitório, enquanto os professores definem as que querem usar em sala de aula. Dessa forma, corre-se o risco de escolher uma coleção cuja proposta pouco ou nada tem a ver com as expectativas de aprendizagem da comunidade atendida pela escola ou, perniciosamente, são escolhidas obras que são portadoras de ideologias que confrontam a formação cristã, moral, ética ou religiosa adotada pela família do educando.

Por estas razões, e também porque devem os pais participar da educação e formação integral de seus filhos, não podem os mesmos ser excluídos da escolha das obras que semearão e sedimentarão o conhecimento no aprendizado escolar. É tarefa dos pais zelar pela sua obrigação.

Diz a Constituição Federal:

“**Art. 226.** A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à

criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.”

“O ideal é promover uma discussão aprofundada para que a seleção seja feita de forma democrática e apoiada nas concepções definidas no projeto político-pedagógico e no plano de educação da rede”, afirma Miriam Orensztajn, formadora da Comunidade Educativa Cedac, de São Paulo.

Parece que isso vem ocorrendo. Enquete feita no site e nas páginas das redes sociais de Gestão Escolar e Nova Escola mostra que 56% dos professores tomam as decisões com os coordenadores e eles avaliam, antes de tudo, se as coleções das quais gostaram estão alinhadas às demandas dos alunos e dos docentes. Os dados foram colhidos no dia 30 de janeiro.

Deve-se ficar atento, devendo a família estar presente, principalmente para verificar se a seleção condiz com a proposta pedagógica e a sua orientação moral. Caso isso não aconteça, a presença da família é para alertar a todos e vedar o uso de material inadequado.

Sala das Sessões, 1º de março de 2016.

ELIBORGES
Deputado Estadual

PROJETO DE LEI Nº 249/2016

Declara de Utilidade Pública Estadual a Organização das Mulheres Amigas do Bem de Palmas - OMABP

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS decreta:

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Organização das Mulheres Amigas do Bem de Palmas - OMABP, entidade jurídica de direito privado, sem fins econômicos, com sede e foro no município de Palmas.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

A Organização das Mulheres Amigas do Bem de Palmas - OMABP, entidade jurídica de direito privado, sem fins econômicos, fundada em 27 de maio de 2009, inscrita no CNPJ sob o nº 11.733.857/0001-37, com sede na Rua T-14, Quadra 28, Lote 20B, s/nº - Setor Santa Fé - Palmas/TO, tem como objetivos, dentre outros:

- Atuar nas áreas de assistência social, habitacional, cultura e arte, defesa de direitos sociais, proteção ao meio ambiente;
- Apoio e desenvolvimento da economia solidária;
- Desenvolvimento de ações sociais, educacionais e ambientais para a comunidade;
- Promoção de projetos de combate à violência e às drogas;
- Desenvolvimento de projetos e parcerias junto ao poder público estadual e municipal.

Considerando que a entidade dedica-se a atividades de caráter social, a concessão do título de Utilidade Pública Estadual, representa um suporte fundamental para que a mesma possa implementar medidas para a consecução de seus objetivos.

Face ao exposto, solicitamos o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Sessões, em 16 de março de 2016.

CLEITON CARDOSO

Deputado Estadual

Atas das Comissões

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO 8ª LEGISLATURA - 2ª SESSÃO LEGISLATIVA Ata da Trigésima Quinta Reunião Extraordinária 1º de março de 2016

Às doze horas e dois minutos do dia primeiro de março de dois mil e dezesseis, reuniu-se a Comissão de Constituição, Justiça e Redação, no Plenarinho da Assembleia Legislativa, nesta Capital, com a presença dos Senhores Deputados: Eduardo Siqueira Campos, Valdemar Júnior, Wanderlei Barbosa e da Senhora Deputada Amália Santana. Estavam ausentes os Senhores Deputados Nilton Franco e Zé Roberto. O Senhor Presidente, Deputado Valdemar Júnior, declarou aberta a Reunião e solicitou a leitura das Atas das Reuniões anteriores, que foram lidas e aprovadas pelos Membros presentes. Não havendo Expediente, passou-se à Distribuição de Matérias e foram nomeados relatores os Senhores Deputados: Zé Roberto, Processos números 60/2016, 61/2016 e 67/2016; Wanderlei Barbosa, Processos números 62/2016 e 69/2016; Nilton Franco, Processos números 63/2016, 66/2016 e 68/2016; Eduardo Siqueira Campos, Processo número 64/2016; Eduardo do Dertins, Processos números 70/2016 e 71/2016; e Valdemar Júnior, Processos números 73/2016. Na Devolução de Matérias, foram devolvidos os Processos números: 393/2015 e 408/2015, Deputado Wanderlei Barbosa; 435/2015, 43/2016 e 45/2016, Deputado Valdemar Júnior; 317/2015, 50/2016 e 51/2016, Deputado Eduardo Siqueira Campos, que ainda devolveu os Processos números: 367/2015, 550/2015, 39/2016, 40/2016 e 41/2016, relatados pelo Senhor Deputado Nilton Franco; 528/2015, relatado pela Senhora Deputada Luana Ribeiro; 42/2016 e 49/2016 relatados pelo Deputado Zé Roberto e, também, os Processos números 535/2015, 536/2015, 537/2015, 538/2015 e 49/2016, que estavam com vista ao Senhor Deputado Zé Roberto. Não havendo quorum para deliberar a Ordem do Dia, o Senhor Presidente encerrou a Reunião, convocando Reunião Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que será assinada e publicada.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO 8ª LEGISLATURA - 2ª SESSÃO LEGISLATIVA Ata da Trigésima Sexta Reunião Extraordinária 1º de março de 2016

Às doze horas e vinte e nove minutos do dia primeiro de março de dois mil e dezesseis, reuniu-se a Comissão de Constituição, Justiça e Redação, no Plenarinho da Assembleia Legislativa, nesta Capital, com a presença dos Senhores Deputados: Eduardo Siqueira Campos, Eli Borges e Valdemar Júnior. Estavam ausentes os Senhores Deputados: Nilton Franco, Wanderlei Barbosa e Zé Roberto. O Senhor Presidente, Deputado Valdemar Júnior, declarou aberta a Reunião e solicitou a leitura da Ata da Reunião anterior que, com a aquiescência dos Membros presentes, foi transferida para a Reunião subsequente. Não havendo Expediente e Distribuição de Matérias, passou-se à Devolução de Matérias e o Senhor Deputado Valdemar Júnior devolveu o Processo número 45/2016. Na Ordem do Dia, após leitura e deliberação do parecer do relator, o Processo número 45/2016 foi aprovado e encaminhado à Reunião Conjunta das

Comissões de Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle; e de Administração, Trabalho, Defesa do Consumidor, Transportes e Desenvolvimento Urbano e Serviço Público. Em seguida, o Senhor Presidente encerrou a Reunião, convocando Reunião Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que será assinada e publicada.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO 8ª LEGISLATURA - 2ª SESSÃO LEGISLATIVA Ata da Trigésima Sétima Reunião Extraordinária 15 de março de 2016

Às quinze horas e cinco minutos do dia quinze de março de dois mil e dezesseis, reuniu-se a Comissão de Constituição, Justiça e Redação, no Plenarinho da Assembleia Legislativa, nesta Capital, com a presença dos Senhores Deputados: Eduardo Siqueira Campos, Nilton Franco, Valdemar Júnior e Wanderlei Barbosa. Estava ausente o Senhor Deputado Zé Roberto. O Senhor Presidente, Deputado Valdemar Júnior, declarou aberta a Reunião e solicitou a leitura das Atas das Reuniões anteriores que, com a aquiescência dos Membros presentes, foram transferidas para a Reunião subsequente. Não havendo Expediente, passou-se à Distribuição de Matérias e o Senhor Deputado Nilton Franco foi nomeado relator do Processo número 73/2016. Não havendo Devolução de Matérias e Ordem do Dia a ser deliberada, o Senhor Presidente encerrou a Reunião, convocando Reunião Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que será assinada e publicada.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO 8ª LEGISLATURA - 2ª SESSÃO LEGISLATIVA Ata da Trigésima Oitava Reunião Extraordinária 16 de março de 2016

Às doze horas e vinte e um minutos do dia dezesseis de março de dois mil e dezesseis, reuniu-se a Comissão de Constituição, Justiça e Redação, no Plenarinho da Assembleia Legislativa, nesta Capital, com a presença dos Senhores Deputados: Eduardo Siqueira Campos, Nilton Franco, Valdemar Júnior, Zé Roberto e da Senhora Santana Amália Santana. O Senhor Presidente, Deputado Valdemar Júnior, declarou aberta a Reunião e solicitou a leitura das Atas das Reuniões anteriores, que foram lidas e aprovadas pelos Membros presentes. Não havendo Expediente e Distribuição de Matérias, passou-se à Devolução de Matérias e o Senhor Deputado Nilton Franco devolveu o Processo número 73/2016. Na Ordem do Dia, após a leitura e deliberação do parecer do relator, o Senhor Presidente concedeu vista em conjunto do Processo número 73/2016 aos Senhores Deputados Eduardo Siqueira Campos e Zé Roberto, pelo prazo regimental. Em seguida, o Senhor Presidente encerrou a Reunião, convocando Reunião Extraordinária para o dia dezoito de março do corrente, às dez horas. Para constar, lavrou-se a presente Ata que será assinada e publicada.

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO, TRABALHO, DEFESA DO CONSUMIDOR, TRANSPORTES, DESENVOLVIMENTO URBANO E SERVIÇO PÚBLICO 8ª LEGISLATURA - 2ª SESSÃO LEGISLATIVA Ata da Vigésima Sexta Reunião Extraordinária 1º de março de 2016

Às treze horas e três minutos do dia primeiro de março de dois mil e dezesseis, reuniu-se a Comissão de Administração, Trabalho, Defesa do Consumidor, Transportes, Desenvolvimento Urbano e Serviço Público, no Plenarinho da Assembleia

Legislativa, nesta Capital, com a presença dos Senhores Deputados: Amélio Cayres, Ricardo Ayres e Rocha Miranda. Estavam ausentes os Senhores Deputados: Toinho Andrade, Vilmar de Oliveira e a Senhora Deputada Amália Santana. O Senhor Presidente, Deputado Ricardo Ayres, declarou aberta a Reunião e solicitou a leitura das Atas das Reuniões anteriores que, com a aquiescência dos Membros presentes, foram transferidas para a Reunião subsequente. Não havendo Expediente e Distribuição de Matérias, passou-se à Devolução de Matérias e foram devolvidos os Processos números: 265/2015 e 532/2015, Deputado Ricardo Ayres; e 266/2015, Deputado Nilton Franco. Na Ordem do Dia, após leitura e deliberação dos pareceres dos respectivos relatores, os Processos números 265/2015, 532/2015 e 266/2015 foram aprovados e encaminhados ao Plenário. O Senhor Presidente determinou o encaminhamento do Processo número 158/2015 à Comissão de Constituição e Justiça para ser apensado ao Processo número 503/2015. Em seguida, o Senhor Presidente encerrou a Reunião, convocando Reunião Extraordinária para dentro de um minuto. Para constar, lavrou-se a presente Ata que será assinada e publicada.

**COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO, TRABALHO, DEFESA
DO CONSUMIDOR, TRANSPORTES,
DESENVOLVIMENTO URBANO E SERVIÇO PÚBLICO
8ª LEGISLATURA - 2ª SESSÃO LEGISLATIVA
Ata da Vigésima Sétima Reunião Extraordinária
1º de março de 2016**

Às treze horas e cinco minutos do dia primeiro de março de dois mil e dezesseis, reuniu-se a Comissão de Administração, Trabalho, Defesa do Consumidor, Transportes, Desenvolvimento Urbano e Serviço Público, no Plenarinho da Assembleia Legislativa, nesta Capital, com a presença dos Senhores Deputados: Amélio Cayres, Ricardo Ayres e Rocha Miranda. Estavam ausentes os Senhores Deputados: Toinho Andrade, Vilmar de Oliveira e a Senhora Deputada Amália Santana. O Senhor Presidente, Deputado Ricardo Ayres, declarou aberta a Reunião e solicitou a leitura das Atas das Reuniões anteriores que, com a aquiescência dos Membros presentes, foram transferidas para a Reunião subsequente. Não havendo Expediente, passou-se à Distribuição de Matérias e foram renomeados relatores os Senhores Deputados: Amélio Cayres, Processo número 563/2015; e Rocha Miranda, Processo número 57/2016. Não havendo Devolução de Matérias e Ordem do Dia a ser deliberada, o Senhor Presidente encerrou a Reunião, convocando Reunião Extraordinária para dentro de um minuto. Para constar, lavrou-se a presente Ata que será assinada e publicada.

Atos Administrativos

PORTARIA Nº 085/2016 – DG

O Diretor-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais, e em consonância com o disposto no art. 78, da Resolução nº 319, de 30 de abril de 2015 e com fundamento no disposto no art. 83, da Lei nº 1818, de 23 de agosto de 2007, combinado com o art. 5º da Portaria nº 183-P, de 12 de maio de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º SUSPENDER, por necessidade do serviço, as férias legais da servidora **Rose Mary Alves Cerqueira**, matrícula nº 60, Assistente Legislativo - Administrativo, referente ao período aquisitivo de 01/01/2015 a 31/12/2015, de 28/03/2016 a 26/04/2016, assegurando-lhe o direito de fruí-las em data oportuna e não prejudicial ao serviço público e a servidora.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Diretor-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 17 dias do mês de março de 2016.

Antonio Ianowich Filho
Diretor-Geral

PORTARIA Nº 086/2016 – DG

O Diretor-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais, e em consonância com o disposto no art. 78, da Resolução nº 319, de 30 de abril de 2015 e com fundamento no disposto no art. 83, da Lei nº 1818, de 23 de agosto de 2007, combinado com o art. 5º da Portaria nº 183-P, de 12 de maio de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º SUSPENDER, por necessidade do serviço, as férias legais do servidor **Regismarques Soares Camarço**, matrícula nº 264, Assistente Legislativo - Administrativo, referente ao período aquisitivo de 01/03/2015 a 29/02/2016, de 21/03/2016 a 19/04/2016, assegurando-lhe o direito de fruí-las em data oportuna e não prejudicial ao serviço público e ao servidor.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Diretor-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 17 dias do mês de março de 2016.

Antonio Ianowich Filho
Diretor-Geral

PORTARIA Nº 087/2016 – DG

O Diretor-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais, e em consonância com o disposto no art. 78, da Resolução nº 319, de 30 de abril de 2015 e com fundamento no disposto no art. 83, da Lei nº 1818, de 23 de agosto de 2007, combinado com o art. 5º da Portaria nº 183-P, de 12 de maio de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º SUSPENDER, por necessidade do serviço, as férias legais do servidor **Welber Alencar Moraes**, matrícula nº 9258, referente ao período aquisitivo de 01/02/2015 a 31/01/2016, de 22/02/2016 a 22/03/2016, assegurando-lhe o direito de fruí-las em data oportuna e não prejudicial ao serviço público e ao servidor.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Diretor-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 17 dias do mês de março de 2016.

Antonio Ianowich Filho
Diretor-Geral

PORTARIA Nº 088/2016 – DG

O Diretor-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais, e em consonância com o disposto no art. 78, IX, da Resolução nº 319, de 30 de abril 2015,

RESOLVE:

Art. 1º LOTAR no Gabinete do Deputado **Eli Borges**, o servidor **Paulo Ferreira de Araújo**, matrícula nº 743, Auxiliar Legislativo - OMR, pertencente ao quadro de pessoal efetivo deste Poder, a partir do dia 21 de março de 2016.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Diretor-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 17 dias do mês de março de 2016.

Antonio Ianowich Filho
Diretor-Geral

PORTARIA Nº 089/2016 – DG

O Diretor-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso da atribuição que lhe confere o art. 78, inciso IX, da Resolução nº 319, de 30 de abril 2015, outorgado pelo Decreto Administrativo nº 656, de 18 de maio de 2015, do Presidente da Assembleia Legislativa, com fulcro no Art. 2º, do Decreto Administrativo nº 087, de 20 de março de 2006,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER o pagamento de 50% do décimo terceiro salário, a título de adiantamento ao servidor **Marcos Solino de Souza**, matrícula nº 109, Auxiliar Legislativo - Administrativo, por ocasião do seu aniversário no mês de abril de 2016.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Diretor-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 21 dias do mês de março de 2016.

Antonio Ianowich Filho
Diretor-Geral

PORTARIA Nº 091/2016 – DG

O Diretor-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais, e em consonância com o disposto no art. 78, IX, da Resolução nº 319, de 30 de abril 2015, com base no Art. 1º, da Portaria nº 097, de 15 de maio de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º LOTAR no Gabinete do Deputado **José Bonifácio** o Analista Judiciário de 2º Instância **Jair Alves Brandão**, matrícula nº 61954, integrante do quadro de Servidores Efetivos do Poder Judiciário do Tocantins, cedido para este Poder Legislativo através do Decreto Judiciário nº 68, de 16 de março de 2016, no período de 4 de março a 31 de dezembro de 2016, com ônus para o órgão de origem.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Diretor-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 21 dias do mês de março de 2016.

Antonio Ianowich Filho
Diretor-Geral

PORTARIA Nº 092/2016 – DG

O Diretor-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso da atribuição que lhe confere o art. 78, inciso IX da Resolução nº 319, de 30 de abril de 2015, outorgado pelo Decreto Administrativo nº 656, de 18 de maio de 2015, do Presidente da Assembleia Legislativa, com fulcro no Art. 83, da Lei nº 1818, de 23 de agosto de 2007 e na Portaria nº 281-DG, de 10 de outubro de 2014.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a fruição das férias legais dos servidores abaixo relacionados:

| MATR | SERVIDOR | PERÍODO AQUISITIVO | | PERÍODO DE GOZO | | | | |
|-------|----------------------------------|--------------------|---|-----------------------|----------|----------------------|----------|---------------------|
| | | | | 30 DIAS OU 1º PERÍODO | | 2º PERÍODO DE FÉRIAS | | |
| 1 | ADÃO NILSON ALVES GOMES | 17/05/15 | a | 16/05/16 | 17/05/16 | a | 31/05/16 | EMABERTO |
| 336 | ANA ALVES MARTINS | 01/10/14 | a | 30/09/15 | 01/04/16 | a | 30/04/16 | |
| 329 | CARLA ADRIANA FLIEGNER | 18/05/14 | a | 17/05/15 | 18/05/16 | a | 16/06/16 | |
| 467 | CARLOS AUGUSTO CERQUEIRA MOREIRA | 22/06/14 | a | 21/06/15 | 16/06/16 | a | 30/06/16 | 17/07/16 a 31/07/16 |
| 813 | CARLOS EUGENIO DA SILVA JUNIOR | 02/12/13 | a | 01/12/14 | 02/06/16 | a | 16/06/16 | 12/09/16 a 26/09/16 |
| 282 | CLEIDA ALVES DOS SANTOS | 09/07/13 | a | 08/07/14 | 01/06/16 | a | 30/16/16 | |
| 149 | CLEITON PEREIRA DOS SANTOS | 01/06/15 | a | 31/05/16 | 01/06/16 | a | 30/06/16 | |
| 11492 | DILMAR AIRES ANDRADE | 01/05/15 | a | 30/04/16 | 02/05/16 | a | 31/05/16 | |
| 17 | DOMINGAS LIRA DOS REIS | 01/01/15 | a | 31/12/15 | 06/06/16 | a | 05/07/16 | |
| 782 | FERNANDO PRESTES DE OLIVEIRA | 13/07/14 | a | 12/07/15 | - | | 06/04/16 | a 20/04/16 |
| 23 | GARDENIA MARIA MONTEIRO BATTISTA | 01/01/15 | a | 31/12/15 | 04/04/16 | a | 18/04/16 | 19/12/06 a 02/01/17 |
| 286 | HUMBERTO MASCARENHAS DE MORAES | 12/05/15 | a | 11/05/16 | 01/08/16 | a | 15/05/16 | EMABERTO |
| 315 | JOSE MARTINS JORGE | 08/07/15 | a | 07/07/16 | 01/08/16 | a | 30/08/16 | |
| 10246 | JÚLIO CÉSAR RAMOS BRASIL | 21/06/14 | a | 20/06/15 | 01/04/16 | a | 30/04/16 | |
| 44 | MAILDE SANTANA DA SILVA VELOSO | 19/06/15 | a | 18/06/16 | 20/06/15 | a | 19/06/16 | |
| 74 | MARIA DE LOURDES ALMEIDA | 01/08/15 | a | 31/07/16 | 01/08/16 | a | 30/08/16 | |
| 169 | MONICA MAGALI DE FREITAS | 01/04/15 | a | 31/03/16 | 02/05/16 | a | 16/05/16 | 01/12/16 a 15/12/16 |
| 743 | PAULO FERREIRA DE ARAUJO | 16/02/15 | a | 15/02/16 | 05/04/16 | a | 04/05/16 | |
| 324 | ROBERTO MAURO MIRANDA MARACAIPE | 16/07/14 | a | 15/04/15 | - | | 02/05/16 | a 16/05/16 |
| 252 | ROZANGELA MIRANDA CARVALHO | 05/02/14 | a | 04/02/15 | - | | 05/05/16 | a 19/05/16 |
| 252 | ROZANGELA MIRANDA CARVALHO | 05/02/15 | a | 04/02/16 | 01/04/16 | a | 30/04/16 | |
| 780 | SIMONE LOPES | 08/05/15 | a | 07/05/16 | 04/07/16 | a | 18/07/16 | 09/12/16 a 23/12/16 |
| 281 | VANIA NASCIMENTO MOURA CRUZ | 01/04/15 | a | 31/03/16 | 01/06/16 | a | 30/06/16 | |
| 4175 | VENUZIA MARTINS DESOUSA BARROS | 09/02/13 | a | 08/02/14 | 07/04/16 | a | 06/05/16 | |
| 735 | WALDIR DEMETRIOS DA COSTA JUNIOR | 06/02/15 | a | 05/02/16 | 01/06/16 | a | 30/06/16 | |

Gabinete do Diretor-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 22 dias do mês de março de 2016.

Antonio Ianowich Filho
Diretor-Geral

PORTARIA Nº 093/2016 – DG

O **Diretor-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 78, inciso IX da Resolução nº 319, de 30 de abril de 2015, outorgado pelo Decreto Administrativo nº 656, de 18 de maio de 2015, do Presidente da Assembleia Legislativa, com fulcro no Art. 83, da Lei nº 1818, de 23 de agosto de 2007 e na Portaria nº 281-DG, de 10 de outubro de 2014.

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR as férias legais, da servidora **Patrícia Maria Silva de Assis do Nascimento Santos**, matrícula nº 817, Consultor Legislativo - Jornalista, referente ao período aquisitivo de 11/12//2014 a 10/12/2015 de 28/03/2016 a 11/04/2016, para gozá-la no período de 26/09/2016 a 10/10/2016.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Diretor-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 22 dias de março de 2016.

Antonio Ianowich Filho
Diretor-Geral

PORTARIA Nº 094/2016 – DG

O **Diretor-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições legais, e em consonância com o disposto no art. 78, IX, da Resolução nº 319, de 30 de abril 2015,

RESOLVE:

Art. 1º LOTAR na Coordenadoria de Publicações Oficiais – COPOF, o servidor **Adão Nilson Alves Gomes**, matrícula nº 001, Assistente Legislativo – Administrativo, a partir de 28 de março de 2016.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Diretor-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, ao 28 dias do mês de março de 2016.

Antonio Ianowich Filho
Diretor-Geral

PORTARIA Nº 095/2016 – DG

O **Diretor-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições legais, e em consonância com o disposto no art. 78, IX, da Resolução nº 319, de 30 de abril 2015,

RESOLVE:

Art. 1º LOTAR no Gabinete do Deputado **Jorge Frederico**, o servidor **Angelino Ribeiro Neto**, matrícula nº 159, Procurador Jurídico, pertencente ao quadro de pessoal efetivo deste Poder, a partir do dia 1º de março de 2016.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 29 dias do mês de março de 2016.

Antonio Ianowich Filho
Diretor-Geral

DEPUTADOS DA 8ª LEGISLATURA

Amália Santana (PT)
Amélio Cayres (SD)
Cleiton Cardoso (PSL)
Eduardo do Dertins (PPS)
Eduardo Siqueira Campos (DEM)
Elenil da Penha (PMDB)
Eli Borges (PROS)
Jorge Frederico (PSC)
José Bonifácio (PR)
José Salomão (PT) - Suplente
Júnior Evangelista (PSC)
Luana Ribeiro (PDT)
Mauro Carlesse (PHS)

Nilton Franco (PMDB)
Olyntho Neto (PSDB)
Osires Damaso (PSC)
Paulo Mourão (PT) - Licenciado
Ricardo Ayres (PSB)
Rocha Miranda (PMDB)
Toinho Andrade (PSD)
Valdemar Júnior (PMDB)
Valderez Castelo Branco (PP)
Vilmar de Oliveira (SD)
Wanderlei Barbosa (SD)
Zé Roberto (PT)